

F
353.251
N244

DISCURSO

PRONUNCIADO

NA

mm *m* DEPUTADOS

PELO

DR. NICANOR DO NASCIMENTO

EM DEFESA

DO

Dr. Arménio Fouvin

DIRECTOR GERAL DA IMPRENSA NACIONAL

NA

SESSÃO DE 3 DE OUTUBRO DE 1911



RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1911

DISCURSO

PRONUNCIADO

NA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PELO

DR. NICANOR DO NASCIMENTO

EM DEFESA

DO

Dr. Armenio Fouvin

DIRECTOR GERAL DA IMPRENSA NACIONAL

NA

SESSÃO DE 3 DE OUTUBRO DE 1911



RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1911

10R
328.32
N 244 V

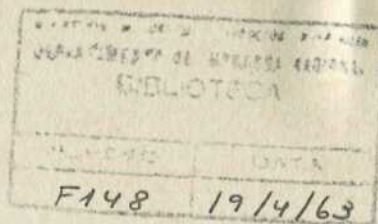
B0024839

7

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 3 DE OUTUBRO DE 1911

O Sr. Nicanor do Nascimento ("movimento de atenção") — Sr. Presidente; vivamente impressionado com a noticia de que havia perigo de ser revogada a garantia liberal que houvera sido concedida nos annos anteriores aos operarios da União, noticia verdadeiramente alarmante para os espiritos liberaes, para aquelles que tem sentimento profundamente republicano, que todos os servidores do Estado devem ser igualmente tratados, sentindo no meu espirito verdadeira angustia por comprehender que, por este acto, que seria uma verdadeira retrogradação, certo alarma se produziria no espirito publico, reflectindo desagradavelmente sobre o Governo e sobre a situação actual, pois que é sabido que a orientação do Sr. Presidente da Republica é a de facilitar a vida quanto caiba nas forças do Estado e quanto chegue, dentro dos princípios republicanos ás classes menos favorecidas da fortuna, desde logo cuidei de não deixar despercebido o golpe imminente.

Uma verdadeira contradicção SP teria dado entre o igualitarismo republicano e a lei, desde que desaparecesse do direito operario uma conquista liberal, uma concessão generosa, qual a de perceberem os operarios nos domingos e dias feriados as suas magras quotas, os magrissimos vencimentos com que suppreem as necessidades das suas pobres familias. Desde que lhes fosse tolhida esta grantia já adquirida, po rum máo espirito de economia mal entendida, mal organizada, não só seria burlada a Constituição democratica da Republica, como tal violação do sentir republicano redundaria em prejuizo do proprio Estado, já que o operario melhor alimentado, satisfeito, com á disposição de bem servir, pelas concessões remuneratorias dos seus esforços, muito mais produzirá certamente do que aquellé que se sentir a todo momento coagido pelas necessidades, pela fome lenta, sua e dos seus. Teria havido uma retrogradação lamentavel.



Impressionado por esta situação verdadeiramente alarmante, pois seria symptomatica de um espirite anti-democratico, que indiciaria outras diminuições injustas das parcas vantagens concedidas ás classes menos favorecidas da fortuna, que eu tenho a honra de representar no Congresso, procurei immediatamente entender-me com as individualidades directoras da economia nacional. Ao mesmo tempo era solicitado por diversas mensagens de classes operarias da Capital da Republica e dos Estados, pedindo a minha intervenção immediata no sentido de não se dar este recuo na acção progressista do governo liberal do paiz.

O SR. EDUARDO SOCRATES — Recuo por parte de quem?

O SR. NICANOR DO NASCIMENTO -- Não me encontro nesta hora, em attitudo de apurar responsabilidades; o que posso neste momento declarar ao paiz e à Camará é que o governo da Republica, conforme informações seguras fornecidas pelos seus differentes órgãos, mantêm as garantias anteriores, assegurando aos operários aquellas vantagens conquistadas, apenas pondo uma restrição, a de que terão estes favores e estas vantagens os operários cuja assiduidade semanal for segura com o que se accrescenta o principio liberal anteriormente firmado um critério de culta moralidade, isto é, que terão a vantagem somente os que não forem vadios.

Para não fatigar o espirito da Camara, deixo de ler diversas mensagens que me foram remettidas, e que farei inserir no meu discurso.

Folgo de ver, Sr. Presidente, que assim o Sr. Presidente da Republica, seu illustrado ministro da Fazenda e amigos do Congresso, com aquella lealdade segura, que lhes caracteriza a uniformidade dos actos, manteem as affirmações do seu programma, e tanta energia de espirito põem no seu cumprimento que, a despeito da angustiosa situação do paiz, da necessidade imperiosa de equilibrar os orçamentos, SS. EEx. abrem mão dessas restrições orçamentarias para assegurar ás classes menos favorecidas o máximo de conforto, o maior premio ao trabalho, o que é imperioso dever dos governos, aos quaes incumbe a conservação do maior instrumento de riqueza, que é o operário moderno. Representante dos productores, fazendo-o, obedece a uma necessidade social, cumpre um dever categórico e satisfaz a politica e a economia. ("Muito toem, do Sr. Raymundo de Miranda e outros Srs. Deputados. Palmas.")

Em se tratando de servidores do Estado, Sr. Presidente, eu

peço licença para occupar a attenção da Camará por alguns minutos mais, para me refirir ao nobre espirito de um representante do alto funcionalismo do paiz, que tem sido nesta. Casa, como na outra do Congresso, agredido, violenta e injustamente, por espiritos apaixonados, que se deixam governar pelas suas coieras e fúrias de momento e não vão procurar a fonte verdadeira e segura das informações nas quaes poderiam haurir a certeza da conducta indiscutivelmente boa desse illustre funcionario.

Refiro-me ao Sr. Arménio Jouvin, operoso director da Imprensa Nacional.

O SR. RAYMUNDO DE MIRANDA — E' uma victima do cumprimento do dever.

O SR. NICANOR DO NASCIMENTO — Nesta, como na outra Casa do Congresso, tem sido seguidos os ataques, quer á prohibidade, quer á conducta politica e individual desse distincto patriota.

No emtanto, a cada argumento, a cada accusação, a probidade segura e a actividade indiscutivel desse digno jornalista respondem, assegurando, documentadamente, cada uma das suas affirmações. ("Muito bem, do Sr. Raymundo de Miranda").

Desta tribuna, convido e desafio os adversários desse illustre funcionarios a accéitarem a discussão, sobre a sua conducta, no terreno dos factos e dos documentos.

O SR. EDUARDO SOCRATES — Não são adversários d'elle, são defensores do Thesouro.

O SR. NICANOR DO NASCIMENTO — Folgo de ver que alguém, de responsabilidade, se apresenta ipara articular qualquer accusação contra esse funcionario. Eu communico a V. Ex. e todos os seus correligionarios, em nome da probidade e da consciência de cada um, a precisarem o libello, a trazerem a questão para o terreno pratico dos factos e dos documentos, porque si respeitamos a nossa honra individual temos o dever imperioso de respeitar a de outrem. Formulando alguma accusação, corre-nos a obrigação immediata, indiscutivel de fazel-a certa e precisa, de documental-a.

Convido de novo qualquer dos accusadores a formular uma accusação contra a honra tésse funcionario, precisando-a por factos, por números.

O SR. EDUARDO SOCRATES — Não se incommode que essa tarefa ha de ser cumprida, não por mim, porque não formulei as accusações, mas por parte daquelles que a articularam

O SR. NICANOR DO NASCIMENTO — Essas accusações foram feitas mais ou menos vagamente pelo espirito eminente, porém, no caso, imprudente do Sr. Senador Ruy Barbosa.

O SR. CÂNDIDO MOTTA — Imprudente, não apoiado.

O SR. NICANOR DO NASCIMENTO -- S. Ex., com risco para a respeitabilidade indiscutível do seu nome, para a grandeza da sua personalidade, aventurando a segurança da sua conducta publica, levou para o Senado accusações infundadas, documentadamente desmentidas.

Eu trago para a tribuna da Camará os documentos comprobatorios de que essas affirmações de S. Ex. tiveram o cunho da leviandade...

O SR. CÂNDIDO MOTTA -- O Sr. Senador Ruy Barbosa está acima dessa accusação. S. Ex. não é um liviano: ("Apoiado do Sr. Eduardo Socrates").

O SR. NICANOR DO NASCIMENTO — Não ha neste regimen nenhum homem publico que esteja acima da discussão e superior à critica...

O SR. CÂNDIDO MOTTA — Desta natureza, certamente.

O SR. NICANOR DO NASCIMENTO -- ... não ha bonzos sagrados; todos estamos sujeitos à analyse, à censura, ao exame permanente da nossa conducta, neste regimen de livre opinião: não ha personalidades divinas.

E vou provar, incontinentemente, de modo inconcuso, que as accusações tiveram o cunho de uma imperdoavel leviandade.

Consta do discurso de S. Ex. que o Sr. Arménio Jouvin havia depositado no Banco da Provincia do Rio Grande do Sul a quantia de 111:501\$000 em seu nome individual.

Eu apresento nesta Camara e nesta hora documento irrespondível, que é a certidão do banco e o recibo do thesoureiro da Imprensa Nacional, provando que essa affirmação é positivamente falsa.

A propósito desta cifra, disse o Senador Ruy Barbosa:

"Maior abuso relatado pela imprensa é o de que a administração da Imprensa Nacional depositara em um dos bancos desta cidade, no da Provincia, quantias na importância não diminuta de 111:601\$, á sua ordem.

O director da Imprensa Nacional contestou esse facto. Mas o accusado o rearticulou, particularizando as

circumstancias, designando a pessoa que effectuava o deposito no banco e a occasião em que elle se realizava."

Qualquer pessoa medianamente sensata teria pejo de repetir uma calúnia já plenamente desfeita pelos jornaes "Paiz", "Republica", "Tribuna", "Gazeta de Noticias" e "Folha do Dia".

Mas, como o Senador Ruy Barbosa não leu nenhuma dessas brilhantes folhas, limitando-se ao circulo de seu folliculario, opponho á sua palavra, reproduzindo na integra, a contestação contida na "Gazeta de Noticias", em sua edição de 26 do corrente mez, sob a epigraphie "Opiniões":

"Os nossos illustres collegas do "Diário de Noticias", de cuja opinião infelizmente divergimos quanto ao caso Arménio Jouvin, acharam no seu numero de domingo que a "Gazeta de Noticias" estava embaida na sua boa fé, procurando defender o director da Imprensa Nacional de alguns qualificativos que lhe assacam, entre os quaes, o de deshonesto é o mais insistente.

Não temos ligação alguma com o Sr. Jouvin e bem o declaramos, que não o considerariamos com tão violenta insistência um malfeitor da peor espécie — emquanto não nos dessem provas em contrario. Provados que fossem os actos irregulares da administrador, seria um prazer estar com os nossos distinctos collegas.

Infelizmente, o "Diário de Noticias", insistindo no capitulo deshonestidade (porque contra o Sr. Jouvin ha vários e mesmo alguns inteiramente idiotas) — não conseguiu um argumento que não tivesse prova documentativa em contrario.

Deixemos o credito pedido que o Congresso dará, si tiver vontade; deixemos o automovel que o ministro da Fazenda mandou dar, não ao Sr. Jouvin, mas ao director da Imprensa e tratemos da ladroeira dos cento e onze contos quinhentos e um mil réis.

A Imprensa Nacional recebia directamente da Europa os artigos de que não ha similar fabricação no nosso paiz.

A aquisição directa evitava despezas que anteriormente se faziam com intermediarios, de sorte que os productos se tornavam mais baratos.

Para pagar essas mercadorias, o Thesouro Nacional suppria o thesoureiro da Imprensa Nacional das importâncias requisitadas.

Acontece que os pagamentos ao banco muitas vezes tinham que se tornar demorados por falta de conferencia das mercadorias

importadas, além, de que, sendo constante a remessa de papel, os saques tinham que ser pagos em épocas indeterminadas, convindo ipara isso que o thesoureiro estivesse sempre aparelhado para attender.

Assim é que, para pagar um saque que importou em réis 15:192\$, em marcos, foi o thesoureiro supprido em 15:500\$, fazendo recolher ao Thesouro Nacional, em conhecimento n. 1.653. o saldo de 307\$980.

Em officio n. 865, de 5 de março de 1911, foi requisitada a importância de 80:000\$, que recebeu o thesoureiro da Imprensa Nacional ipara pagamento de vários saques.

As importancias pagas, que montam em 75:651\$420, foram distribuidas conforme a declaração abaixo trdascripta:

Supprimento feito pelo Thesouro. 80:000\$000.

Pagamentos de saques, segundo os documentos juntos:

10:833\$420
7:475\$900
15:429\$600
4:730\$900
19:538\$600
13:157\$300
4:485\$700

Somma.... 75:651\$420

Saído em poder do thesoureiro: 4:348\$580.

Junto ao referido documento vem a seguinte declaração:

"Recebi a importância de 4:348\$580, saldo da importância de oitenta contos que eu depositei, por não reconhecer segurança no cofre deste estabelecimento, depois de ouvir o Sr. Dr. director da Imprensa Nacional, no Banco da Provincia do Rio Grande do Sul, destinado ao pagamento dos saques constantes, as letras juntas, nas importancias retro mencionadas.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1911—Dr. "Joaquim Nogueira Paranaguá", thesoureiro."

O saldo de 4:348\$580 foi recolhido ao Thesouro Nacional, conforme o conhecimento n. 3.715, de 4 do corrente mez.

Tanto a importancia de 15:500\$, comò a de 80:000\$ foram devidamente processadas, depois dos pagamentos, pelo Thesouro Nacional e reconhecidas legaes.

Falta, finalmente, nos referirmos á quantia de 16:000\$ que, sommada ás demais, perfaz a importância de 111:501\$, a que se refere o "Diário de Noticias".

Essa uantia, da verba "Pessoal", do anno passado, foi mandada distribuir a todos os operarios como gratificação regulamentar do anno findo e destinada á aquisição de blusas, calças e aventaes para o trabalho.

A propósito do assumpto, o Dr. Arménio Jouvin fez um serviço original.

Cada officina tinha um distinctivo na côr da gola e todos os operários tinham números correspondentes, de sorte que a fiscalizaGão do serviço era immediata e qualquer incidente se identificava pelo numero correspondente.

Pois bem, como a importância destinada ao uniforme não satisfaria, si fosse distribuida isoladamente a cada operário, o Dr. Arménio Jouvin abriu concurrencia e obteve o fornecimento dos uniformes dentro da importancia destinada.

Desses uniformes e demais despesas tem plena quitação o Sr. Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, thesoureiro da Imprensa Nacional.

Eis o argumento de que lançou mão o "Diário de Noticias", competentemente desfeito.

Finalmente, a accusação com que fechou a sua resposta o "Diário de Noticias", referentes ás obras executadas na Imprensa Nacional, morre no nascedouro.

Todas as obras foram executadas e fiscalizadas ipelo patrimonio nacional, sem a menor intervenção do Dr. Arménio Jouvin.

Não desejamos entreter uma polemica a respeito com o "Diário de Noticias", que muito prezamos. Quasi todos os livros da Imprensa — livros documentativos — foram salvos. E o relatório do Sr. Lucas Monteiro, escripturario da receita, a respeito da administração financeira do Sr. Jouvin, já se acha em mãos do Sr. ministro da Fazenda."

A accusação era claramente de ter o Sr. Jouvin praticado uma "appropriação indébita", crime previsto no Código Penal, e sendo falsa faria incidir o eminente Senador no feio crime de calumnia.

Ora, si eu não posso acreditar que o espirito eminente do Sr. conselheiro Ruy Barbosa tivesse produzido essa affirmação com malicia e calumniosamente, sou forçado, para excusal-o e des-

culpado-o, a declarar que S. Ex. produziu essa afirmação levado por informações levianas.

Taxando, portanto, a sua conducta de imprudente, fui ainda de extraordinária cautela, de um grande respeito para com S. Ex., porquanto não declaro que a sua afirmação é calumniosa, mas que é apenas imprudente.

Foi dito também da tribuna desta e da outra Casa do Congresso que o "Diário Official" não era distribuído regularmente.

Trago á tribuna documento assignado pelo Dr. Faria Rocha, director dos Correios, do teor seguinte:

"Em resposta ao vosso officio, recebido nesta directoria, devo declaro-vos que o "Diário Official" continua a ser acceto e expedido com a possível regularidade por esta directoria."

VOZES — Isto não é exacto.

O SR. EDUARDO SOCRATES — Peço a palavra para contestar este documento.

O SR. NICANOR DO NASCIMENTO — Eu não disse que o "Diário Official" era distribuído com "absoluta" regularidade, nem isto poderia ser, quando machinas de cortar, de dobrar, tudo quanto facilitava o trabalho perleu-se na voragem do fogo. O que affirmo é que o trabalho tem tido a "possível" regularidade, graças á prodigiosa actividade do operoso cidadão, já estando quasi o servigo normalizado, apesar de precariamente installado em um simples barracão, com aproveitamento do parco material que a competência technica e a exemplar paciência puderam salvar dos escombros negros...

Não desejo, como disse, fatigar a attenção da Camará, tão preocupada presentemente com outros assumptos da maior relevancia. Por isso, não entrarei, neste momento, na analyse detalhada de todos os documentos relativos á questão.

O Sr. EDUARDO SOCRATES — A começar pelo que levantou uma verdadeira celeuma nesta Camará, provocando protestos porque não exprimia a verdade.

O SR. NICANOR DO NASCIMENTO — Sr. Presidente, refere-se o documento que tive a honra de ler á Camará aos servigos de entrega dos "Diários" na repartição dos Correios.

Para que esta se faça, a expedição e a distribuição, como declara o documento, é preciso que o esforço da Imprensa Nacional dê certa regularidade ao serviço. Ora, si o director dos

Correios dá uma certidão, attestando que a sua repartição tem recebido com regularidade, do director da Imprensa Nacional, o "Diário Official", para expedil-o e distribuil-o, e si essa distribuição não fôr feita, nesta parte, não cabe a responsabilidade ao director da Imprensa Nacional, que cumpriu todos os seus deveres...

O SR. EDUARDO SOCRATES — E V. Ex. o que está derivando é a falta de um para outro funcionario.

O SR. NICANOR DO NASCIMENTO — O meu nobre collega, cujo nome declino com a devida vénia, o Sr. coronel Eduardo Socrates, declarou que se responsabilizava por estas accusações, que serão trazidas á tribuna da Camará por alguém que delias tomasse a responsabilidade e meticulosamente as discutisse.

Tambem, Sr. presidente, tomo o compromisso, perante a Camará, de voltar á tribuna nesta occsião, e discutir as accusações ponto por ponto, linha por linha, documento por documento, e deixar destruidas as increpações levantadas contra o director da Imprensa Nacional, como faço agora, em relação á accusação do deposito feito no Banco da Provincia, negado ipelo seu director e pelo thesoureiro da Imprensa Nacional.

O SR. RAYMUNDO DE MIRANDA -- Tarefa que não é muito difficil.

O SR. NICANOR DO NASCIMENTO — Facilima, aliás.

No emtanto, para que as pessoas que pretendem accusar o director da Imprensa Nacional disponham de elementos seguras, de base para capitular estas accusações, remetto á Mesa a informação sobre os outros pontos em que a leviandade accusa o probo cidadão, a qual fará parte do meu discurso, a qual fica sujeita á analyse dos meus contraditores.

Termino, Sr. Presidente, desejando á Republica que cada um de seus funcionarios marque a sua conducta por uma probidade igual á do director da Imprensa Nacional, por uma actividade que honra o funcionalismo, por uma dedicação á Republica...

O SR. CÂNDIDO MOTTA — Pobre Republica!

O SR. NICANOR DO NASCIMENTO — ...que é exemplar e desafia o confrorto.

Tenho dito. (Muito bem; muito bem. O crador é vivamente cumprimentado. Palmas.)

INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ORADOR

AS OBRAS

A propósito das obras de remodelação do edificio, onde funciona a Imprensa Nacional, referiu-se o Senador Ruy Barbosa, nos seguintes termos:

“Foi arguido á administração daquella casa o facto de ter mandado effectuar alli obras sem a occorrença legal, dependendo-se nisto centenas e centenas de contos de réis.

A mim particularmente constou que o director do Património Nacional teve uma vez occasião de reclamar contra uma dessas deapezas, da qual se procurou justificar a direcção da Imprensa Nacional, allegando ordens verbaes do ministro da Fazenda, que este lhe não tinha dado e sem as quaes elle procedeu, sem entretanto, incorrer por parte desta alta autoridade na devida responsabilidade legal.”

Em primeiro lugar, nunca fui arguido acerca deste assumpto, isto, pela circumstancia muito simples, de terem sido executadas todas as obras, pelo Património Nacional.

Se constou “particularmente” ao Sr. Ruy Barbosa que o director do Património Nacional teve occasião de reclamar contra essas despesas, a mim cabe a certeza de affirmar “officialmente” que nunca houve impugnação alguma, como se verifica da ordem de pagamento das referidas contas, archivadas no Thesouro Nacional, e cujo processo tem o numero 125.

E, si o director do Património tivesse de reclamar, certamente, não recahiria em mim a reclamação, porque nada tinha com o caso, affecto exclusivamente áquella repartição.

DEPOSITO DE MERCADORIAS

Outro tópico, reproduzido apenas de uma folha, foi adalterado pelo Sr. Ruy Barbosa, que attribuiu a “muitas folhas respeitáveis.”

Eis o que disse S. Ex.:

“Muitas e muitas vezes nas columnas de folhas respeitáveis desta cidade li que numa cocheira, em uma

das ruas desta cidade, na rua Barão de S. Felix, se accumulavam mais de 2.000 volumes de materiaes da Imprensa Nacional. Accrescentava-se ainda que bobinas do seu papel de impressão dali saham emprestadas a estabelecimentos particulares, sem que se saiba sequer — é o facto por si mesmo já abusivo — si esses empréstimos foram restituídos.”

De facto, durante algum tempo, por estar o almoxarifado repleto, na sua maior parte, de objectos de pouco consumo, comprados anteriormente & minha gestão, fui obrigado a depositar na Companhia de Transportes mercadorias importadas da Europa e que não podiam ficar armazenadas na Alfândega, pelo muito que teriam que pagar.

Mas, só pratiquei esse acto plenamente legal e explicavel, certo de que agia em beneficio do serviço publico.

TIRO DA IMPRENSA

S. Ex., avesso ao aparelhamento de defesa da Pátria, exprimiu-se da seguinte forma, quanto á organização do Tiro da Imprensa Nacional:

“Como si isto não bastasse, Sr. Presidente, a todos esses factos accresce outro caracteristico daquella odiosa administração na Imprensa Nacional: a conversão daquelle estabelecimento numa especie de quartel, a organização de linhas de tiro do seu pessoal; a obrigação para elle estabelecida de se alistar nesta organização extra-legal, creada com o fim de coarctar a liberdade dos operarios e dos funcionarios daquella casa.

Todos os dias, durante as horas de serviço, a Imprensa Nacional era transformada num quartel e á musica, aos toques de corneta, aos rufos de tambores, os alistados no batalhão daquella casa abandonavam o serviço administrativo, para se entregarem aos exercicios militares.

E'u quizera saber si as leis deste paiz, si os seus regulamentos autorizam essa desnaturação do serviço administrativo. E não é tudo. Por esse meio o director da Imprensa Nacional tinha na sua mão o critério fácil para conhecer a gente sujeita aos caprichos de sua vontade.”

Respondem a S. Ex. 575 atiradores, reproduzindo o que publicaram na "Imprensa", do dia 23 do corrente mez:

" Tiro Brasileiro 11. 179

Os operários infra assignados, sócios do Tiro Brasileiro da Imprensa Nacional, veem solemnemente declarar, por meio da imprensa desta capital, que as palavras do deputado Sr. Irineu Machado, proferidas na Camara dos Deputados, no dia 20 do corrente, referentes a este tiro, ditas com vehemencia de linguagem pelo mesmo deputado, são ineticamente inexactas.

Porquanto — ao dizer que os operários chegam a dizer, com lagrimas nos olhos: "Que hei de eu fazer, senão assentar praça nesta linha de tiro?" Quanto a este ponto, é inveridico, porque ninguém, na Imprensa Nacional, nunca foi obrigado a fazer parte dessa sociedade de tiro, senão espontaneamente e sem a menor oppressão do director ou de quem quer que fosse; porque mesmo allí nunca foi considerada uma praça de guerra, como malevolamente querem attribuir os que não commungam nos sentimentos de sympathia do nobre director da Imprensa Nacional, Exmo. Sr. Dr. Arménio Jouvin.

Quanto ao mais de dizer aquelle deputado "si um operário está enfermo ou, por qualquer circumstancia, precisa sair para attender a algum caso urgente, e vai ao inspector tecnico, Sr. Pires, pergunta este logo, para saber si deve ou não fazer-lhe o pequeno favor; e si o operário pertence á linha de tiro, si diz não pertencer, e por isso não ha licença pedida" — é inveridica também esta asserção, porque o Sr. Pires, Inspector tecnico da Imprensa Nacional, é um espirito verdadeiramente liberal, incapaz de uma negativa formal sobre sua administração, pois que nunca fez dessas excepções odiosas, chamando a provar aquelles que isto queiram contestar, e que mal informaram aquelle deputado.

Quanto ás asserções feitas ao Exmo. Dr. Arménio Jouvin sobre o tiro, são também inexactas, porque esse honrado cavalheiro só merece distincção e elogios, porque gentilmente, a pedido do pessoal da Imprensa Nacional, foi com o seu consentimento organizada a tal sociedade, de que o fez director-presidente o que isso muito nos honra, porque nunca regateou o seu concurso em prol daquelles que respeitosa e lhe solicitaram, devendo-lhe o tiro 179 toda a sua existencia e invejados progressos de que superiormente dispõe.

Assim, não podiamos, de forma alguma, deixar em silencio as arguições malevolas publicadas em jornaes não situacionistas; levando bem alto o nosso protesto."

(Seguem-se 575 assignaturas de scios fundadores deste tiro.)

O ALMOXARIFADO

S. Ex. levou para o seu material de guerra uma declaração, que assegura ter sido feita pelo almoxarife desta repartição em um jornal diário, e onde se diz que eu mandei conservar aberto aquelle departamento durante toda a noite.

Acrescentou ainda que o processo de contas era irregular, pelo lacto de ser obrigado o almoxarife a encaminhar-as indevidamente.

Em resposta, tenho a dizer que nunca mandei que o almoxarifado ficasse aberto durante toda a noite.

O meu acto, determinado por portaria, foi que o almoxarifado ficasse aguardando mercadorias, quando em descarga na Alfândega, até ás 5 horas da tarde.

E nem podia deixar de tomar semelhante medida, uma vez que a Alfândega expedia volumes até ás 3 horas, que chegariam na Imprensa depois das 4 horas da tarde.

Procurei evitar que as carroças tivessem que voltar da porta da Imprensa Nacional para as cocheiras, com as nossas mercadorias, pois uma vez sahidas da Alfândega para lá não podiam dar entrada novamente.

Além de que, devido á hora em que se encerrava o serviço do almoxarifado, muitas vezes a repartição teve que pagar tres carretos em vez de um, pois as mercadorias que não eram recebidas regressavam para voltar no dia seguinte.

Quanto ás contas a processar, submetto ao conhecimento de S. Ex. o disposto no art. 17 e seus paragraphos do decreto numero 4.680, de 4 de novembro de 1902, que estabelece as obrigações do almoxarife:

"Art. 17. Ao almoxarife compete.

§ 1°. Receber, guardar e conservar em ordem a matéria prima, utensilios e quaesquer objectos de consumo pertencentes ao estabelecimento;

§ 2º. Fornecer o material e objectos necessários ás officinas, om vista de pedidos com o "visto" do inspector tecnico e autorizados pelo director geral;

§ 3º. Obter no mercado amostras e preços dos objectos precisos ás officinas e que não existirem nos depositos do almoxarifado, submettendo tudo ao conhecimento do director geral, para ulterior decisão;

§ 4º. Escripturnar os livros de entrada e sahida do almoxarifado e o livro mappa."

Como se vê, não lhe compete o processo de contas, affecto á secção central e dirigidos por funcionarios de Fazenda.

LETRAS

O "Diário Official", em nota autorizada pelo Exmo. Sr. ministro da Fazenda, em data de 21 do corrente mez, declarou que a Imprensa Nacional não tinha feito operação com letras.

Pois bem, o Sr. Ruy Barbosa não leu o "Diário Official" e reproduziu a seguinte calumnia:

"O Sr. Jouvin accetava letras á vista, para pagamento das mercadorias encommendadas no estrangeiro, de fórma que, muitas vezes, para não dizer sempre, as mercadorias inda se achavam na Alfandega e já estavam pagas."

OS RETRATOS

Desagradou ao Sr. Ruy Barbosa a installação, nos salões de trabalho da Imprensa Nacional, dos retratos dos Exmos. Srs. marchal Hermes e Dr. Francisco Salles.

Acha S. Ex. que:

"Sahissem, porém, das proprias algibeiras do pessoal daquella casa os recursos com os quaes se realizavam esses favores, si entregaram esses mimos — um ao ministro da Fazenda, outro ao Presidente da Republica — isto não deixava de ser crime altamente condemnavel e profundamente immoral, que, em toda a parte do mundo se reprova e que só no Brazil de hoje se considera como legitimo e usual."

"Um crime altamente condemnavel e profundamente immoral!"

O operário não tem os mesmos direitos dos demais cidadãos?

Não podem tributar affeições ao chefe da Nação ou ao ministro da Fazenda?

E' interessante e "altamente" original essa opinião. Por isso mesmo dispensa contestação.

O "DIÁRIO OFFICIAL"

Quanto ao "Diário Official", referiu-se S. Ex. nos seguintes termos:

"Sabe-se como esse funcionario accentuou a eua influencia desde o começo, desnaturando o caracter do "Diario Official", em cujas columnas publicações até então não conhecidas naquella folha começaram a mostrar a nova direcção a ella dada pelo seu administrador. Este não se julgou inhibido pelo seu cargo de, com a sua assignatura, nas columnas do "Diario Official", apresentar-se e recommendar-se como adepto da candidatura de um dos ministros da situação, no Estado que eu tenho a honra de representar nesta Casa."

Não desnaturei o caracter do "Diário Official".

Desnaturado estava elle quando eu assumi a sua direcção.

Só pôde affirmar que o "Diario Official" está fóra do seu programma quem desconhece as disposições legaes que o regem.

Para conhecimento de S. Ex. transcrevo o disposto no decreto n. 4.680, de 14 de novembro de 1902:

"Art. 24 — O "Diário Official", órgão de publicidade do governo da União, deverá inserir:

.....

§ 2º. As explicações e defesas dos actos do Governo, quando este julgar conveniente;

.....

§ 6º. Artigos originaes ou traduzidos sobre instrução publica, viação, colonização, estatistica, sciencias, artes e quaesquer outros assumptos de interesse geral;

§ 7º. Noticias das occurrencias notaveis que se de-rem no interior e exterior, politicas, commerciaes, litterarias ou de outra ordem, a juizo do director geral;

§ 9º. Anuncios, avisos, declarações e artigos particulares, que no fundo e na forma não contrariarem o programma da folha."

MANIFESTAÇÃO DE DESAGRADO

O Sr. Ruy Barbosa, que endossou a idéa do empastellamento da "Gazeta de Noticias", no tempo do governo provisório, tomou a palavra, no Senado, par occupar-se da manifestação de desagrado feita a dous jornaes que, desvirtuando a nobre e elevada missão da imprensa, servem-se do insulto e da calumnia como das unicas armas que sabem manejar para attrahir leitores, e se revoltam por verem que o publico, com repugnância, afasta os seu olhos de suas columnas transformadas em pelourinhos de reputações.

Faltou com a verdade, dando um aspecto grave a uma simples manifestação feita ás primeiras horas do dia.

Para contestar a grande fantasia, transcrevo abaixo a noticia que publicou a "Imprensa", em sua edição de domingo:

O ASSALTO AOS JORNAES E O SR. JOUVIN

Não se têm cansado os jornaes opposicionistas de atirar sobre o Dr. Arménio Jouvin, digno director da Imprensa Nacional, a responsabilidade de haver organizado e dirigido o movimento de operários da Imprensa Nacional contra o "Século" e o "Diário de Noticias". Superior a esta protervia está, é claro, o illustre jornalista, capaz de se bater com vantagem, usando das armas da intelligencia, e por isso mesmo desdenhoso desses ineptos golpes de força, que só aproveitam aos que os exploram. Mas, para, de uma vez por todas, fazer calar os que assim ineptamente o accusam, o Dr. Jouvin invocou o testemunho do jornalista com quem conversava na manhã em que se deu a occurrencia, jor-

nalista que trabalha no "Correio da Manha", e que é sabidamente um homem integro. Aqui esta esse autorizado documento:

"Illm. Sr. Dr. Arménio Jouvin — Em resposta á sua carta de hontem, em que, alludindo ao facto de havermos estado juntos na manhã do dia 20, quando seguia em direcção ao "Seculo" considerável numero de operarios, me pede relatar, por escripto, "o que vi ou houve, emfim, relativamente á sua pessoa", tenho a honra de, satisfazendo ao pedido, declarar, por ser a expressão da verdade, o seguinte:

Encontrei-o ás 9 % horas da manhã daquelle dia na estação dos bonds da Jardim Botânico, e fallava-lhe acerca de serviço publico, quando o senhor, que estava então voltado para o lado do café Jeremias, vendo, da parte opposta a este estabelecimento, grande agrupamento de pessoas, me perguntou:

— Que será aquillo?

Respondi-lhe, attentando, por minha vez, no bando:

— Provavelmente, a greve dos motoristas, ha dias annunciada.

Nesse momento, o grupo vinha em direcção ao "Século", e, observando-o, disse o senhor:

— Não, não são motoristas; reconheço, á frente, operarios da Imprensa Nacional.

E vi-o, após essas palavras, dirigir-se apressadamente em direitura áquelle vespertino. Acompanhei-o, á pequena distancia, naturalmente curioso de saber o que se passava, pude ouvir-lhe bradar com energia a alguns operarios, que já se achavam na escada do edificio do "Seculo", que descessem, pois não queria manifestações hostis á imprensa. Prorompeu, então, o grupo em vivas ao director da Imprensa Nacional e morras ao "Século". Em meio da avenida, ouvi-o ainda, pouco depois, aconselhar aos seus subordinados que se retirassem. Afastei-me, nesse momento, tomando o caminho da minha repartição, para onde me dirigia, quando o encontrei na estação da Jardim Botânico.

E' o que me cumpre informar, e representa fielmente a verdade.

Com toda a consideração, subscrevo-me — Attento venerador — Alfredo Mariano de Oliveira — Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1911."

Agora, si quizerem podem continuar a accusar o Dr. Jouvin: a calumnia nem sequer o tisonará.

OS ATAQUES

"Vários jornaes desta capital articularam contra a direcção da Imprensa Nacional uma série de factos, cada um dos quaes, por si só, seria de cólera para determinar a sua exoneração, quando não o seu processo."

Vários jornaes, não! O jornal que O'bedece á orientação de S. Ex. foi o único que articulou factos contra a minha administração, porém os teve completamente esmagados.

"Unico", convém frizar bem!

Ainda a propósito da receita e despesa da Imprensa Nacional, escreveu, em resposta ás calumnias a mim arremessadas, o brilhante matutino "Paiz", no seguinte artigo:

"A obra de um administrador

O Dr. Arménio Jouvin, director geral da Imprensa Nacional, enviou hontem ao Dr. Francisco Saltes, ministro da Fazenda, o balanço da receita e despesa daquelle estabelecimento durante o 1º semestre do corrente anno.

Apezar do grande augmento que teve a despesa com as novas installações e aquisição de machinas e bem assim com o pagamento de feriados e dias santos e a conversão dos operarios obreiros em jornaleiros, houve um accrescimo considerável na renda, o qual cobre a despesa, dando saldo, o que demonstra o alto tino administrativo e zelo com que vem dirigindo a Imprensa Nacional o Dr. Arménio Jouvin.

Assim é que a renda do 1º semestre deste anno montou em 1.717:894\$463, que, comparada com a do exercicio findo, na importancia de 1.363:181\$420, dá um augmento quasi de 50 %, ou sejam de 454:713\$043.

A despesa deste anno, incluindo as vantagens de lei orçamentaria, que fez converter em jornaleiros os obreiros e o pagamento dos domingos e feriados, com accrescimo do augmento da compra de materiaes e machinas, montou a 1.713:043\$604, o que da um saldo de 3:950\$859.

O anno passado, a Imprensa Nacional, sem converter obreiros em jornaleiros e sem as despesas a que nos referimos, deu um "déficit" de 497:518\$920.

O dinheiro arrecadado pela thesouraria da Imprensa Nacional e recolhido ao Thesouro Nacional durante o primeiro semestre, montou a 123:269\$114, ou sejam mais 21:060\$971 do que o anno passado.

Este consideravel augmento da renda operou-se, apezar de terem sido creados vários serviços de vantagens publicas, como a bibliotheca, onde são facultadas as obras editadas naquelle estabelecimento, das 8 da manh ás 11 horas da noite e a diminuição do preço do "Diário Official", a 100 réis, o que certo dá logar a outras despezas com pessoal e material.

O "Diário Official", que havia imprimido até 30 de agosto do anno passado apenas 5.044 paginas, este anno produziu 11.082 paginas, mais do dobro.

Pois bem, o que se torna mais accentuavel é que o anno passado os operários não tinham exercicios de gymnastica nem sociedade de tiro e trabalhavam das 8 horas da manha ás 4 da tarde, com um intervallo de meia hora, o que dava sete e meia horas de trabalho por dia.

Hoje entram ás 5 % da manhã, teem uma hora para refeições, trabalhando seis e meia horas por dia e produzem muito mais.

Além disto, os obreiros, quando não trabalhavam, por doentes, nada recebiam, e hoje os jornaleiros percebem vencimentos, quando enfermos.

E', pois, incontestavel que só faltava direcção ao importante estabelecimento do governo, que deixa de dar "deficits" ipara dar receita.

Fica assim respondida, de maneira esmagadora e com a singularidade eloquente das cifras irrefutáveis, a série de doestos, calumnias, invencionices e aleives que diariamente são assacados por aquelle a quem causa má impressão, que o administrador de um estabelecimento da ordem da Imprensa Nacional trace, como o fez o Dr. Arménio Jouvin, o seu programma de remodelação daquella casa, prestando um serviço altamente patriótico á Nação e não se afaste da linha traçada para diariamente responder as imputações calumniosas que lhe são atiradas.

O balancete ora apresentado ao Sr. ministro da Fazenda é o mais bello attestado do alto valor de um administrador.

Está assim de todos conhecida a obra fecunda que revela a extraordinária competência, a insuperável actividade e o elevado mérito do administrador modelai, a quem em boa hora o Sr. Presidente da Republica entregou a direcção da Imprensa Nacional."

Documentos a que se refere o Sr. Deputado Nicanor do Nascimento:

"Exmos. Srs. membros do Congresso Nacional — Exmos. Srs. — Os abaixo assignados, operários das Capatazias da Alfândega do Rio de Janeiro, veem perante W. EEx. interceder com as vossas illustres pessoas, cujos altos méritos reconhecemos, pelos já inúmeros serviços prestados á causa publica € â dos operários, afim de que não seja retirado do orçamento do ministério da Fazenda, ora em discussão, e o único beneficio que vimos gozando ha dous annos, "os domingos e feriados", pois, Exmos. Srs., nós, pobres operários, sobrecarregados de familia, c que gozamos os domingos e feriados, dias estes que n.os trazem alguma alegria por sabermos ganhá-los da mesma fórma que os dias semanaes, será bastante doloroso a retirada de tal beneficio, visto tornar-se desta fórma a nossa vida mais precaria, attendendo que a quadra. qu>e ora atravessamos é-nos horrivel, devido á enorme carestia de generos alimenticios e o augmento de alugueis de casa, como W. EEx. não deverão ignorar.

"Os signatários, cõscios dos vossos esforços e patriotismo, entregam a W. EEx. a sua causa, crentes que encontrarão em vossas illustres pessoas os seus defensores, concorrendo assim para o beneficio de nossas famílias e de nossos infelizes filhos, a quem temos de dar a necessária educação.

Attendendo a que já tem sido em dous orçamentos concedidos este® beneficios, não será porventura na presidencia do Exmo. Sr. marechal Hermes da Fonseca, o amigo do operariado, que ficaremos inhibidos da continuação de tal beneficio. Assim, appellam para os vossos corações e patriotismo, e esperam que Vossas EEx. concorrerão para o feliz exito de nossa causa.

Capital Federal, 2 de outuDro de 1911. — Manoel José Álvaro Botelho — Theophilo Rodrigues de Vargas — Álvaro Rodrigues Penedo — Carlos José dos Santos Rodrigues — Antonio Lino da Cunha — Adriano Joaquim Ferreira — Manoel Figueiredo — Gregorio Bastos Guimarães — Marciano Gonçalves da Silva — Daniel José Rodrigues — Jeronymo Cândido Dias Júnior — Júlio de Oliveira Marques — Lourival Garcia da Cunha — António Baptista de Barros — Eulino Teixeira da Silva, e mais cerca de mil assignaturas."

Directoria Geral dos Correios — Sub-Directoria de Expediente — N. 354|2 — Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1911 — Sr. Dr. Arménio Jouvin, director da Imprensa Nacional — Em resposta ao vosso officio recebido nesta directoria, em 19 do corrente, cabe-me declarar-vos que o "Diário Official" continua a ser aceito e expedido com toda regularidade, por esta directoria. Saúde e fraternidade. — O director geral, interino, B. A. Faria Rocha."